

I CONGRESSO NACIONAL DE PRÁTICAS DE ENSINO NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA



A INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA EM UMA ESCOLA MUNICIPAL EM ICOARACI-PA

I Congresso Nacional de Práticas de Ensino na Educação Inclusiva, 1ª edição, de 01/08/2024 a 02/08/2024
ISBN dos Anais: 978-65-5465-106-6

GONÇALVES; Andréa Cristina Ferreira ¹, MERCÊS; Ronielson Santos das ²

RESUMO

INTRODUÇÃO

A inclusão escolar no contexto escolar municipal de Belém é discutida, tendo em vista as leis, decretos e documentos oficiais vigentes que servem de orientação educacional. Dentre elas está a política nacional de educação especial com uma perspectiva inclusiva, na qual os estudantes com deficiência, Transtorno do Espectro autista e Altas Habilidades e Superdotação são considerados como público-alvo dessa modalidade de ensino, e precisam ser atendidos nas salas regulares de ensino e também receber atendimento educacional especializado (AEE) em sua escola ou em outra instituição de ensino no contra turno.

Dessa forma, a proposta de educação especial inclusiva no ambiente educacional, de acordo com as normas legais de orientação nacional, enfatiza a importância de assegurar ao aluno com deficiência o direito de aprender junto com seus pares, ter acesso ao currículo escolar e a práticas diferenciadas que respeitem os ritmos e estilos de aprendizagem. Possuindo uma rede de suporte pedagógico e condições estruturais para o acesso e permanência no ambiente escolar.

Dentre isso, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008); a Resolução nº 4 de 2009, que institui o Atendimento Educacional Especializado (AEE) na Educação Básica, modalidade Educação Especial. A Nota Técnica – nº 11/ 2010, que faz orientações para a institucionalização da Oferta o Atendimento Educacional Especializado – AEE em Salas de Recursos Multifuncionais, implantadas nas escolas regulares, dentre outros aportes necessários. Elas são políticas públicas baseadas em documentos orientadores, que normatizam como deve se o desenvolvimento de atividades pedagógicas e atuação do profissional especializado, para dirimir os inúmeros desafios presentes no contexto escolar junto aos alunos público da educação especial. No entanto, se a maioria das escolas ainda não dispõem desse espaço, como a escola de origem desse aluno consegue promover práticas inclusivas dentro e fora da sala de aula?

Para compreender essa questão elencou-se como objetivo geral: Analisar as práticas inclusivas quanto ao direito de acesso e permanência do aluno com deficiência na rede regular de ensino municipal em Belém do Pará.

O presente estudo é de fundamental importância, pois há novas reflexões no fazer pedagógico inclusivo no contexto da educação básica. Esse debate permite perceber a necessidade de novas teorias, que possam surgir do contexto escolar, atendendo às necessidades do público com práticas inclusivas progressistas.

METODOLOGIA

A metodologia tem por base a abordagem qualitativa, por estar vinculado ao estudo do ambiente escolar e de suas transformações diante do processo inclusivo. Minayo (1994) argumenta que a pesquisa qualitativa responde a questões extremamente específicas. Nas ciências sociais, existe um nível de realidade que não podemos medir.

¹ SEMEC - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, andreacristinag@yahoo.com.br

² UEPA - UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ, roniuepa2020@gmail.com

Trata-se de uma pesquisa de campo, pois “[...] ela realiza um momento relacional e prático de fundamental importância exploratória, de confirmação e refutação de hipóteses e de construção de teoria” (Minayo, p.26, 2007).

O processo de pesquisa, através da busca de artigos relacionados a temática da inclusão escolar de alunos com deficiência, em banco de dados do indexador Scielo. No primeiro momento, utilizei como descritores para busca as palavras “atendimento educacional especializado”, pois esse espaço é apontado nos recursos legislativos sobre educação, como foco principal para o desenvolvimento das práticas inclusivas. Os objetivos dessa pesquisa são orientados pela pesquisa exploratória, com o objetivo de explicitar o processo de aplicação das políticas públicas de inclusão de alunos com deficiência, no ensino regular.

REFERENCIAL TEÓRICO-EMPÍRICO

O estudo sobre a inclusão de alunos com deficiência no ensino regular ganhou destaque, nas discussões políticas no meio educacional, a partir de reivindicações sociais sobre essa demanda e da busca pelo reconhecimento do aluno como sujeitos de direitos. Visto que, muitos sofreram e, ainda, sofrem situações excludentes em todos os setores da sociedade.

Segundo a política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva (2008):

a escola historicamente se caracterizou pela visão da educação que delimita a escolarização como privilégio de um grupo, uma exclusão que foi legitimada nas políticas e práticas educacionais reprodutoras da ordem social. A partir do processo de democratização da escola, evidencia-se o paradoxo inclusão/exclusão quando os sistemas de ensino universalizam o acesso, mas continuam excluindo indivíduos e grupos considerados fora dos padrões homogeneizadores da escola (Brasil, 2008, p.6)

Nesse contexto, atribui-se o direito ao “acesso”, mas não se permite concretamente a permanência no espaço escolar, questiona-se a falta de estrutura física da sala de recursos multifuncional e, portanto, ausência da SRM e do professor do AEE na escola de origem do aluno com deficiência, acaba reforçando tal paradoxo excludente.

Diante da realidade exposta, a pesquisa ganha relevância por se tratar de um estudo social e acadêmico, observado no campo da educação especial na Amazônia. Além do mais, leva em consideração o aumento significativo do número de educandos com deficiência, sendo matriculados nas redes públicas municipais de ensino, em especial nas escolas municipais icoaracienses, assim como a necessidade de acompanhamento das práticas educacionais dos profissionais do AEE e seus impactos na aprendizagem desses educandos em suas escolas de origem ou escolas referências que garantem o suporte pedagógico.

A existência das escolas referências no AEE remete a uma lacuna ocasionada pela falta de estrutura, da maioria das escolas municipais, em não terem disponível um espaço adequado para atendimento dos educandos público da educação inclusiva em suas escolas de origens. E, conseqüentemente, leva a uma sobrecarga desses espaços e dos profissionais neles atuantes.

Segundo Pereira e ribeiro (2020), a atuação da escola em relação à iniciativa própria de ações inclusivas, em colaboração com a comunidade, é novamente ressaltada. O ambiente escolar deve romper com qualquer obstáculo que atrapalhe o progresso do ensino e aprendizagem do aluno com deficiência. Uma atitude fundamental seria esclarecer a comunidade escolar sobre o processo inclusivo.

Nessa perspectiva, destaca-se que o trabalho pedagógico desenvolvido nas escolas referências do AEE são pontos chave no desenvolvimento social, pedagógico, comunicacional e educacional. O primeiro aspecto favorece as diferentes formas de interação dentro e fora da comunidade escolar. O segundo viabiliza e estimula variadas possibilidades de expressão, e o terceiro é fundamental para o desenvolvimento da aprendizagem, pois amplia as chances cognitivas do educando e reflete integralmente na sua vida.

Neste sentido, o trabalho desenvolvido pelas escolas referência no AEE, com os educandos vindos de outras unidades é de extrema relevância, pois estes fazem parte de realidades diversas e precisam de uma rede colaborativa integrada, dentro e fora da sua escola de origem, não cabendo a prática pedagógica individualizada entre os professores da SRM e da sala regular.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

¹ SEMEC - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, andreacristinag@yahoo.com.br
² UEPA - UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ, roniuepa2020@gmail.com

Com base no que foi discutido, foi difícil encontrar registros específicos sobre a inclusão escolar devido à ausência da sala de recursos multifuncionais (SRM) na escola onde os alunos estudam, que é um local adequado para o desenvolvimento do AEE. A grande maioria dos registros sempre mencionou a SRM como o ponto inicial e principal das práticas inclusivas. O professor especializado itinerante mediador, em contrapartida, a autonomia da comunidade escolar na proposição de ações em favor do aluno público da educação especial.

Por isso, é possível incluir alunos com deficiência no ensino regular sem a sala de recursos multifuncionais na escola onde eles estudam, desde que todos os membros da escola queiram ajudar. Desde que haja o interesse e a predisposição de todos os membros da comunidade escolar em buscar soluções e alternativas que garantam a escolarização.

REFERÊNCIAS

BRASIL. SEESP/GAB/ Nota Técnica – nº 11/ 2010. **Orientações para a institucionalização da Oferta o Atendimento Educacional Especializado** – AEE em Salas de Recursos Multifuncionais, implantadas nas escolas regulares. Disponível em: www.portalmec.gov.br.

BRASIL, Política **Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva** 2008. Disponível em: www.portalmec.gov.br.

BRASIL, Resolução nº 4 de 2009, que **institui o Atendimento Educacional Especializado (AEE)** na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Disponível em: www.portalmec.gov.br.

MINAYO, Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 21ª ed.- Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MINAYO, Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 26ª ed.- Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

PEREIRA, Mirian Rosa; RIBEIRO, Maria Edilene da Silva. O acesso à educação especial em Marabá-Pará: análise do indicador “matrícula escolar”, no período de 2015 a 2017. **Revista Educação Especial**, Santa Maria. v.33,2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial>.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Especial, Inclusão escolar, Atendimento Educacional Especializado, Práticas inclusivas